

A polifonia da “defesa do meio ambiente”^{1, 2}

The polyphony of the “protection of the environment”

Samuel Quinaud Rossi^{}, Murilo Cruz Leal^{*}*

^{*} Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Programa de Pós-Graduação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares

samuel-qr@hotmail.com; mcleal@ufs.edu.br

Resumo

A principal modalidade pela qual a Educação Ambiental (EA) vem sendo inserida nas escolas brasileiras baseia-se no desenvolvimento de projetos. Estes documentos, ao possibilitarem a identificação das diversas vozes e ideologias atuantes dentro do contexto educacional, constituem importantes materiais de análise. Neste trabalho utilizamos como objetos de estudo os projetos de Educação Ambiental de uma escola mineira, e por meio da metalingüística de Mikhail Bakhtin, fundada especialmente nos conceitos de polifonia (ou multivocalidade) e apropriação da palavra alheia, foi possível constatar as vozes predominantes no texto, que ao contrário de darem credibilidade ao discurso enunciado, revelam um conflito ideológico, colocando em dúvida a real eficácia da EA nesta escola.

Palavras-chave: Educação Ambiental Formal; projetos; análise do discurso.

Abstract

The main way in which the Environmental Education (EE) has been inserted in Brazilian schools is based on projects development. These documents, by allowing the identification of different voices and ideologies working within the educational context, are important materials for analysis. In this work we used as objects of study the Environmental Education projects of a mining school, and through metalinguistic of Mikhail Bakhtin, particularly based on the concepts of polyphony (or multivocality) and appropriation of the word of others, we could see the dominant voices in the text, that unlike of giving credibility to the discourse enunciated, reveal an ideological conflict, calling into question the actual effectiveness of EE in this school.

Keywords: Formal Environmental Education; projects; discourse analysis.

Introdução

¹ Este trabalho é reapresentação do trabalho intitulado “A “DEFESA DO MEIO AMBIENTE” SOB ANÁLISE BAKHTINIANA”, apresentado no “VIII CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, POÇOS DE CALDAS, 2011”.

² Agradecemos ao REUNI/MEC pela bolsa de estudos concedida à pesquisa de mestrado da qual este trabalho faz parte.

A meta brasileira de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino” se faz presente desde a Constituição Federal de 1988 (Artigo 225, inciso VI), sendo reafirmada com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei nº 9.795) em 1999, a qual tem este campo educativo como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Artigo 2º).

Passada mais de uma década da elaboração da Constituição e alguns poucos anos da promulgação da PNEA, dados do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre 2001 e 2004, revelaram algumas facetas da Educação Ambiental (EA) no país, mostrando que os projetos, as disciplinas especiais e a inserção da temática ambiental nas disciplinas, constituem as três principais modalidades com as quais a EA seria promovida nas escolas brasileiras (TRAJBER; MENDONÇA, 2007); em dois terços destas instituições (66%), a EA seria desenvolvida por meio de projetos (BRASIL, 2008, p. 139).

Embora seja considerada “inovadora e criativa” (VALENTIN; SALDANHA, 2010, p. 398) e capaz de “conseguir atuar em uma estrutura curricular fortemente disciplinar” (TRAJBER; MENDONÇA, 2007, p. 177), a prática de Educação Ambiental por meio de projetos é também caracterizada como atividades “não necessariamente integradas às demais propostas didáticas” (BRASIL, 2008, p. 139), uma vez que se trata de “ações pontuais, com data para acabar” (ibidem, p. 120).

Advindo de autorias diversas e, às vezes, coletivas e heterogêneas (governos, consultores, professores, alunos, ONGs, empresas), estes projetos, em conjunto, apresentam uma infinidade de crenças e ideais, refletidos nos diferentes discursos adotados e nas diversas maneiras de se pôr em prática as ações educativas relacionadas à EA. Sendo o campo das questões ecológicas uma área de intensos conflitos de opiniões e interesses, longe de qualquer definição próxima da neutralidade, os discursos que permeiam este campo devem ser vistos como construções culturais, temporais e dialógicas, os quais possibilitam a revelação de vozes e ideologias até então não postas em evidência.

O aporte teórico fornecido por Mikhail Bakhtin, filósofo russo da linguagem, com sua perspectiva dialógica e polifônica, aproxima-se de uma abordagem sócio-histórica da linguagem (FREITAS; JOBIM E SOUZA; KRAMER, 2003), onde o discurso do outro “perpassa, atravessa, condiciona” e dá forma ao discurso do falante (FIORIN, 1994, p. 29). Bakhtin coloca em crise a pretensão de neutralidade do discurso, de modo que a análise do texto discursivo vá além do conteúdo, ou seja, considere o contexto sócio-cultural e histórico, e identifique posições e ideologias (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

Indo para o nosso contexto de pesquisa, chegamos às portas de uma escola da rede estadual localizada no interior de Minas Gerais. Escolhida por desenvolver ações em Educação Ambiental por meio de projetos, e reconhecendo a não neutralidade dos discursos e seu caráter contextual, nosso objetivo neste trabalho é analisar projetos de EA desta escola, com base nos conceitos de polifonia (ou multivocalidade) e apropriação da palavra alheia, ambos de Mikhail Bakhtin. Temos como meta verificar se os discursos presentes nestes projetos vêm a corroborar os objetivos propostos

pelos autores, assim como problematizar a Educação Ambiental difundida nesta escola enquanto campo de conhecimentos comprometido com o despertar cidadão para as questões socioambientais.

Aspectos metodológicos

Nosso principal instrumento de análise trata-se dos projetos de Educação Ambiental *Em defesa do meio ambiente – mudando hábitos – repensar, reduzir, separar, reciclar, reusar é preciso*, desenvolvidos ao longo do biênio 2009-2010, envolvendo 12 integrantes diretos (professores e professoras) e dirigido a 180 alunos e alunas de diferentes séries do Ensino Fundamental e Médio.

Não obstante, outros documentos mostram-se de igual importância, uma vez que compõem o contexto no qual os referidos projetos foram escritos, como: a *Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)*, o *Decreto nº 4.281/02*, o *Programa de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais (PEEA/MG)*, o *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)*, a *Proposta das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental* e os *Parâmetros curriculares Nacionais*.

A significação e a discussão de nossos objetos foram dadas por meio de análise de discurso, fundada na *metalinguística*³ de Mikhail Bakhtin. Acreditamos na potencialidade deste meio, pois, partindo do mesmo pressuposto ressaltado por Brandão (2004, p. 103), temos a análise do discurso como um mecanismo capaz “de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente linguísticos”, ao voltar-se para o que está por trás da linguagem, para o seu “exterior”, buscando investigar as condições sócio-históricas de produção.

Na presente pesquisa, fugindo de qualquer pretensão de redução da obra bakhtiniana, mas, sim, adotando um foco investigativo, concentraremos nossas análises especialmente nos conceitos de polifonia (ou multivocalidade) e apropriação da palavra alheia. Por meio da noção de polifonia, centramos nossa atenção na possibilidade de diferentes vozes se apresentarem, em situação de apoio mútuo ou de oposição e conflito, no texto sob análise. A ideia de apropriação, relacionada com a dinâmica de algo que é alheio ser tornado próprio, nos auxilia na compreensão de como discursos anteriores e exteriores são assumidos (apropriados) pelos autores da proposta.

Acreditamos que a análise de discurso embasada no aporte teórico fornecido por Mikhail Bakhtin tem grande potencial para contribuir com a explicitação e problematização das diferentes vozes que circulam na Educação Ambiental, propiciando a investigação das relações entre discursos, contextos e ideologias.

Análise e discussão dos dados

Inicialmente, é preciso investigar as condições de produção dos documentos em questão, as quais nos direcionam para o ano 2004, período em que o Programa de

³ Brait (1994, p. 24) define a metalinguística bakhtiniana como o “nome dado a um disciplina geral que, ultrapassando o objeto da linguística (a língua enquanto sistema abstrato e a análise tendo a frase como limite), teria no discurso o seu objeto e permitiria a descrição e a análise das relações dialógicas, ou seja, as relações entre enunciados que também atravessam, por dentro, os enunciados isolados”.

Desenvolvimento Profissional (PDP), da Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG), passou a ser aplicado nas escolas mineiras que participam do Projeto Escolas-Referência, tendo como objetivo “melhorar o desempenho profissional dos professores do Ensino Fundamental e Médio” por meio da “constituição de grupos autogerenciados de estudo, reflexão e ação denominados Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP)” (MINAS GERAIS, 2011). A partir de 2007 estas escolas passaram a desenvolver projetos pedagógicos financiados pela Secretaria de Estado de Educação, sendo a Educação Ambiental uma das seis áreas temáticas definidas para o “enriquecimento curricular” (ibidem).

Indo ao encontro das metas propostas pelo PDP, em 2004, foi, também, criado o Programa de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais (PEEA/MG), “em resposta a uma demanda advinda do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com os Estados” (OLIVEIRA *et al.*, 2004, p. 9). O PEEA/MG defende que “No âmbito da Educação Ambiental, um programa deve ser um conjunto de projetos sociais educativos” (ibidem) a serem desenvolvidos nos diferentes grupos da sociedade, incluindo as escolas.

Neste contexto, que envolve a criação destes programas, assim como a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental e do Decreto nº 4.281/02, “que incentiva a elaboração de programas, projetos e planos, de forma participativa e dialógica, na busca da sensibilidade” (ibidem), temos a criação do *Grupo de Intervenção Ambiental Inhá Terra*, o GDP da referida escola, e de seu respectivo projeto, intitulado *Em defesa do meio ambiente – mudando hábitos – repensar, reduzir, separar, reciclar, reusar é preciso*.

Não objetivando o esgotamento da riqueza dos projetos em questão, selecionamos alguns fatores propícios de análise que se destacaram durante nosso trabalho de pesquisa: o nome escolhido para o GDP; o título escolhido para o projeto e os sentidos da Educação Ambiental; as metodologias adotadas; os destinatários e os propósitos do projeto; os parceiros especializados; a descontinuidade; e a dimensão das metas.

Os projetos dos anos 2009 e 2010 possuem, respectivamente, oito e quatro páginas, sendo que a organização destes se dá por meio de tópicos e subtópicos, que em comum, apresentam-se como: Título do Projeto; Contexto e justificativa; Abrangência; Objetivo geral; Objetivos específicos; Produtos; Cronograma. Esta forma de organização permanece, basicamente, sem alterações de um ano para o outro.

O nome escolhido para o GDP

É possível notar, pelo nome escolhido para este Grupo de Desenvolvimento Profissional, o tom intervencionista assumido, em que o grupo ocupa uma posição de *quem sabe* e pode dar soluções ao problema, enquanto aqueles aos quais os projetos se destinam, ocupariam uma condição de passividade, falta de conhecimento e necessidade de ajuda. Tratando-se de um grupo de “intervenção”, pelos sentidos dicionarizados, fica subentendida uma autoridade, uma incumbência, ou até mesmo uma atividade de investigação, provavelmente, para a resolução de fatores relacionados à temática ambiental.

O título escolhido para o projeto e os sentidos da Educação Ambiental

Em relação ao título escolhido, percebe-se que apesar de se tratar de projetos de Educação Ambiental – campo educativo que engloba uma imensa gama de vieses –, predomina a voz das relações com os resíduos sólidos. Esta postura adotada para a “defesa do meio ambiente” é indicada pela seguinte passagem: “escolhemos como foco para o nosso projeto as questões do consumo de materiais, da forma como eles são usados e descartados na escola e na comunidade do seu entorno bem como suas implicações sócio-ambientais” (Projeto ano 2009).

É fato que esta temática escolhida pelo GDP é primordial dentro do campo educativo que se atém às questões socioambientais; no entanto, esta não se mostra suficiente no momento em que deixa de lado uma multiplicidade de questões não problematizadas. Nesse sentido, temáticas tais como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, recursos hídricos etc., com interação maior ou menor com a de resíduos sólidos, ficaram sem espaço.

Contudo, é, também, reconhecida, na introdução dos textos, a necessidade de uma relação muito mais abrangente, que englobe “os demais seres vivos” e “os elementos abióticos”, na defesa de uma relação “simbiótica e não parasitária”, visando o reconhecimento da “crescente dimensão dos problemas ambientais”.

Desta forma, podemos reconhecer duas vozes que predominam nos projetos: uma primeira, que vê a amplitude da Educação Ambiental, até mesmo como uma “*filosofia* para a desconstrução do modelo predador reforçado pelo homem moderno”; e uma segunda, que visa à defesa do meio ambiente focando-se nas relações de consumo e produção de resíduos. Percebe-se, porém, que estas vozes tentam se equilibrar ao longo do texto, como se a primeira tentasse manter-se em uma posição de recuo em relação à segunda, para não contradizê-la. Esta segunda voz, apesar de se justificar como elemento constitutivo da multivocalidade da Educação Ambiental, não deveria ser considerada como sua plena representante. Na proposta, entretanto, ela se faz mais imponente e constante, justificando uma defesa do meio ambiente centrada apenas nas questões de consumo de materiais. A polifonia, desta forma, se faz presente, nos mostrando que as palavras utilizadas nestes projetos percorrem diferentes contextos, até mesmo contraditórios, sendo “tecidas por uma multidão de fios ideológicos” (MIOTELLO, 2005, p. 172).

As metodologias adotadas

Além das duas vozes predominantes a que nos referimos anteriormente, outras duas também aparecem nas propostas. Uma delas, representante dos documentos governamentais citados em nossos Aspectos metodológicos, defende a articulação do “tema do projeto com as abordagens das diversas disciplinas”. Espera-se, também, como dito na proposta, que as ações ambientalistas desenvolvidas na escola fujam do conteudismo, se afastando de uma “pedagogia exclusivamente informativa”. No entanto, indo por um caminho oposto àquele enunciado, outra voz não tão evidente, revela as formas com que se espera que estes objetivos sejam alcançados. As propostas para que a Educação Ambiental seja inserida no cotidiano da escola e consiga atuar na disseminação de ideologias capazes de agir na “mudança de hábitos”, como revela o próprio título dos projetos, se limitam à realização (oferta) de reuniões, oficinas e palestras. Sendo assim, a realização de EA exclusivamente pela via de

projetos, envolvendo eventos pontuais e dispersos, nos leva a refletir a respeito das reais condições de êxito da EA nesta escola.

Os destinatários e os propósitos do projeto

Outro ponto de essencial análise está no fato de que em ambos os documentos é feita menção ao bairro onde a escola está inserida, definindo-o como um “bairro de periferia bastante populoso” de “classe média baixa”. Se considerarmos os propósitos destes projetos, que têm a redução da produção de lixo relacionada ao “consumo responsável” como um hábito a ser mudado para a “defesa do meio ambiente”, torna-se pertinente o levantamento de alguns questionamentos, uma vez que dentre as metas enunciadas está a investigação dos hábitos de consumo dos alunos e funcionários. Mas como problematizar os hábitos de consumo de uma população que, supostamente, situa-se em uma classe social cujo consumo se concentra no básico, no essencial para a vida?

Divulgar a importância do “consumo responsável” mostra-se como uma relevante meta dentro dos princípios da Educação Ambiental, contudo, seria, também, pertinente a problematização do consumo das diversas classes sociais, incluindo aquelas responsáveis pelo consumo desenfreado e supérfluo. Embora seja afirmada a importância de se partir do dia a dia da escola e da comunidade escolar para se poder atuar de forma efetiva, os propósitos enunciados pelos projetos mostram-se dignos de discussão.

Os parceiros especializados

De forma a contribuir para o êxito destes projetos, na proposta elaborada para o ano 2009 encontramos citadas algumas parcerias pelas quais este GDP busca contar com o apoio para o desenvolvimento de suas atividades. Estas instituições, que incluem uma universidade pública da região, aparecem como meios de dar força e credibilidade aos discursos enunciados, até mesmo porque se tratam de projetos que passam pela avaliação da Secretaria de Estado de Educação. Apesar de a universidade ser citada no planejamento das ações, com a participação de seus alunos e professores, as outras instituições citadas como parceiras não são incluídas nas propostas de atividades, indicando um ponto de debilidade destas contribuições enunciadas.

Descontinuidade

Com relação ao cronograma de atividades, fica evidenciado um processo descontínuo de organização. Observamos que no projeto de 2009 há uma intensa oferta de atividades, o que não ocorre na proposta do ano seguinte. Enquanto o primeiro projeto possui um detalhado cronograma de atividades, chama a atenção o planejamento de ações de 2010, o qual, ao invés de propor um plano de trabalho de todo um ano, propõe apenas três dias de intervenção, envolvendo somente os professores participantes do GDP. Os alunos, por sua vez, são citados apenas na participação da Semana do Meio Ambiente do município.

Embora o projeto de 2010 venha a apresentar objetivos não evidenciados no ano anterior – como, por exemplo, a meta de se divulgar os princípios de uma alimentação saudável –, o que aumentaria a sua credibilidade enquanto instrumento atuante na mudança de hábitos (em referência ao título dos projetos), o que se percebe é que o

citado planejamento de ações não oferece aberturas o suficiente para que estes novos objetivos sejam postos em prática.

Dimensões das metas

Apesar das previsões orçamentárias semelhantes, as metas do projeto em 2010 mostram-se excessivamente modestas em relação ao ano anterior. Esta modéstia fica evidente nos “Resultados esperados” (ano 2009) e na “Avaliação processual do projeto” (ano 2010). Os enunciados demonstram uma forte mudança de ideais por meio das ações ambientalistas. Enquanto na primeira versão pretendia-se ter como resultados desde um “grupo capacitado para o desenvolvimento do projeto” até a articulação das temáticas trabalhadas com “as diversas disciplinas e a participação da maioria dos professores e alunos da escola”, a segunda versão se restringe em alcançar resultados imediatos e “de fácil visualização”, como “o aspecto da escola”. Desta forma, todo o discurso promovido pela Educação Ambiental fica resumido à meta de se conseguir conservar o patrimônio escolar. Vale ressaltar que os professores protagonizaram uma greve em 2010, o que parece ter desarticulado e dificultado as propostas para este ano, vindo a, de certa forma, justificar a limitação das metas observada.

Considerações finais

Estamos diante de um cenário em que está formada a base para que a Educação Ambiental brasileira se consolide. No entanto, entendemos que tão ou mais importante que a elaboração de incisos constitucionais, políticas públicas específicas e programas de governo é o reconhecimento das realidades escolares. Por meio da análise bakhtiniana, notamos que a multivocalidade intrínseca deste projeto caracteriza-se pela presença de vozes contraditórias, que apesar da provável intencionalidade de seus autores em utilizá-las de forma a dar credibilidade a seus discursos, demonstram, nem sempre uma soma, mas também o conflito de vozes.

A discussão da presença e atuação de diferentes vozes nos textos sob análise pôde revelar uma significativa riqueza dos processos de apropriação envolvidos. Na palavra do grupo de professores autores, orientações ideológicas, documentais e programáticas são apropriadas e organizadas para gerar um texto para ser aprovado e trazer benefícios para a escola e a formação dos estudantes.

No entanto, a realização de EA exclusivamente pela via de projetos, envolvendo eventos pontuais e dispersos, nos leva a refletir a respeito das reais condições de êxito da EA na escola investigada, os quais carregam consigo uma série de fatores relacionados à construção desta realidade: Currículo escolar não aberto o suficiente para a inserção de novas temáticas? Sobrecarga e/ou despreparo do corpo docente? Despreparo da instituição? Ausência de incentivos, formativos e econômicos, por parte do governo? Falta de organização do campo de conhecimentos da EA? Muitas podem ser as respostas, mas, neste momento, queremos insistir em um questionamento: estar-se-ia em busca de uma EA em sua amplitude ou em seu formato mínimo?

Referências Bibliográficas

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. *In*: BARROS, D. P.; FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 11-27.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. 122 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 25 de fev. de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Proposta de diretrizes nacionais para a educação ambiental*. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005. 102 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. (Série Desafios da Educação Ambiental). 290 p.

FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. *In*: BARROS, D. P.; FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. cap. 3, p. 29-36.

FREITAS, M. T. A.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (orgs.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003. 111p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Portal da Educação. *Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP)*. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/422-programa-de-desenvolvimento-profissional-pdp>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

MIOTELLO, V. Ideologia. *In*: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

OLIVEIRA, G. B. M. *et al.* (orgs.). *Programa de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais: uma construção coletiva*. Belo Horizonte: Comissão Interinstitucional Coordenadora do Fórum Permanente de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais, 2004. 109p.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul.-dez. 2005.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. (orgs.) *O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?* Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 6, v. 23). 262 p.

VALENTIN, L.; SANTANA, L. C. Concepções e práticas de educação ambiental de professores de uma escola pública. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 16, n. 2, p. 387-399, 2010.